

XIV Encontro Nacional do PROIFES aprova propostas de ação política e 'Carta Aberta' a ser entregue a candidatos ao pleito de 2018.

O XIV Encontro Nacional do PROIFES, realizado em São Luís, Maranhão, entre 25 e 28 de julho de 2018, com a presença de cerca de 130 delegados e observadores (dentre os quais importante representação da ADUFSCar), aprovou as propostas abaixo como balizadoras de ações políticas nos próximos doze meses.

I) Propostas de âmbito geral:

- **Lutar pela revogação da EC 95**, em defesa da educação pública e de recursos para as áreas sociais.
- **Defender referendo revogatório** de todas as medidas aprovadas pelo governo Temer contra as conquistas sociais e trabalhistas do povo brasileiro, assim como as que promovem a desnacionalização e o desmonte de empresas estratégicas, tais como a Petrobrás, a Embraer e a Eletrobrás, e as que visam a entrega de riquezas nacionais – como petróleo e outros minerais estratégicos – a interesses estrangeiros. Nesse sentido, combater a desinformação difundida pelo governo, como parte de sua estratégia visando sensibilizar a sociedade em favor das privatizações.
- **Enfrentar as políticas de subalternização do Brasil e de exclusão social vigentes**, o que exige a construção de um projeto nacional apoiado por uma frente política e social. Para os sindicatos de professores isto se traduz em protagonismo na defesa e construção conjunta dessa frente, mediante uma ampla política de alianças e articulações.
- **Defender a realização de Reforma Fiscal** que reverta a atual política tributária, reduzindo impostos sobre consumo e elevando-os fortes contra a propriedade e a renda, de forma a viabilizar os necessários investimentos em educação, saúde e demais áreas sociais, rumo a uma sociedade menos injusta e mais solidária. Lutar, nesse âmbito, por uma outra política financeira, com redução de juros, promoção do desenvolvimento econômico e financiamento da Seguridade Social, eximindo o trabalhador de pagar mais esta conta.
- **Defender a realização de auditoria da Dívida Pública**, com o objetivo de conhecer a realidade e a dimensão desta dívida. A auditoria está prevista na Constituição Federal de 1988 (artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) que nunca foi cumprida, a esse respeito.
- **Reafirmar a luta por investimento de 10% do PIB para a Educação pública.**
- **Defender o princípio da presunção da inocência**, grafado na Constituição Federal de 1988, de acordo com o qual todo cidadão tem resguardados todos os seus direitos – inclusive o direito à liberdade e ao concurso em disputas eleitorais - enquanto não houver trânsito em julgado de sua eventual condenação.

II) Propostas no âmbito da educação:

1. Apoio ao cronograma/ações aprovados pelo FNPE.

Ratificar o cronograma aprovado pelo FNPE (Fórum Nacional Popular de Educação) e indicando aos sindicatos filiados a participação nas atividades sugeridas, respeitada a autonomia de cada um:

- **10 de agosto de 2018:** participar do “Dia Nacional de Luta – Basta de desmonte das políticas públicas educacionais! O petróleo é nosso!”

[Atenção: a diretoria participará das atividades de panfletagem que ocorrerão nessa data e convida todos os associados a também participarem; mais informações junto à Secretaria da ADUFSCar]

- **15 de agosto a 4 de outubro de 2018:** realização de debates com os/as candidatos/as.
- **Julho a 15 de agosto de 2018:** reuniões de avaliação da CONAPE 2018 pelos fóruns nos Estados e DF e organização dos encaminhamentos sugeridos pelo FNPE.

- **Julho a outubro de 2018:** realização de audiências públicas nas casas legislativas para debater os documentos da CONAPE 2018 (Carta de Belo Horizonte e Documento Final).

2. Universidades, Institutos Federais e seus docentes.

- **Defender as Universidades e sua Autonomia**, neste momento histórico, deve ser a maior prioridade para o movimento docente. Nesse contexto, há que denunciar as ameaças à autonomia universitária e mobilizar a comunidade universitária em torno do tema, de forma articulada com DCEs, associações de sindicatos técnicos administrativos, entidades científicas, profissionais dos movimentos sociais e outros, com o objetivo de alcançar a superação dessas ameaças.
- **Lutar para que as Universidades e Institutos tenham um papel estratégico para o desenvolvimento nacional** assumindo a liderança, em parceria com as representações políticas, sociais e econômicas, de projetos de desenvolvimento regionais e / ou microrregionais.
- **Lutar para tornar pleno o exercício da Autonomia Universitária**, a partir da elaboração, nessas instituições, de Planos de Desenvolvimento Institucional que comportem a dimensão referida de planejamento e de desenvolvimento do seu meio circundante.
- **Defender a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica** contra toda ação de sucateamento, adotando também como bandeira de luta da Federação não só a defesa da Autonomia dos Institutos Federais, na mesma perspectiva que se almeja a defesa da Autonomia Universitária, mas também a defesa intransigente da Lei de Criação dos Institutos Federais. Para que essa defesa seja efetiva, a Federação deve se utilizar dos instrumentos que sempre foram a marca do Novo Movimento Docente: a política, a negociação e a participação nas discussões junto ao Governo com o objetivo de definir o futuro das Instituições Educacionais em nosso País.
- **Reafirmar a proposta de Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades e Institutos Federais** já aprovada pelo PROIFES, atualizando-a e aperfeiçoando-a por intermédio de articulações com a ANDIFES, o CONIF e parlamentares que defendam a Universidade Pública, de modo a colocar o tema na pauta dos partidos e candidatos ao Congresso Nacional, como forma de garantir a Autonomia Universitária, nos termos da Constituição Federal.
- **Lutar pelo aprofundamento da integração institucional e sindical entre as universidades da América Latina e Caribe**, com vistas à luta integrada pela construção e consolidação democrática das nações e de uma produção universitária que contemple as necessidades sociais. Nesse contexto, **defender a UNILAB e a UNILA.**
- **Defender incentivos às instituições de ensino para que os seus programas de expansão de oferta contemplem uma perspectiva estrutural para o desenvolvimento nacional**, ampliando igualmente as vagas para os setores de Biodiversidade, Biotecnologia, Química, Saúde, Farmácia, Agricultura e Veterinária, Produção, Tecnologia e Serviços.
- **Lutar para que seja assegurado o acesso ao ensino superior da demanda expansiva e reprimida de jovens e adultos**, expandindo as ofertas no setor público, com a restauração das condições de funcionamento das universidades, ampliando os recursos para custeio e investimento e suprimindo o déficit docente; otimizando e ampliando ainda as ofertas, especialmente no período noturno e com a criação de novos cursos em áreas estratégicas.
- **Defender a ampliação e o fortalecimento do PNAES**, como garantia de inclusão e permanência de mais estudantes. Defender o PNAES é defender a educação pública e democrática.
- **Defender que se regulem urgentemente a Universidade Brasileira** (instituições públicas e privadas) na perspectiva de que ela possa deixar de ser uma ficção, e se recoloca na perspectiva de instituição incubadora da organização e reorganização contínua da cultura (cultura nacional no sentido mais amplo possível da palavra cultura).
- **Fomentar frentes parlamentares Federais, Estaduais e Municipais em defesa das IFES**, ampliando o arco de alianças em defesa do serviço público.
- **Defender que, na educação, haja articulação entre todos os segmentos.** No caso das Universidades e Institutos Federais, defender que, mediante trabalhos de extensão, haja articulação com a educação básica, em pesquisas que contemplem as questões sociais e aspectos de ensino e aprendizagem.
- **Defender a criação de linhas de crédito nacionais e regionais** para o fomento e investimento em pesquisa básica e aplicada.

- **Defender a educação pública como instrumento de democratização**, realçando a contribuição teórico-prática de educadores como Anísio Teixeira, e denunciando a repressão que sofreram como expressão de reação conservadora, que na atualidade se expressa na visão da educação como mercadoria e no cerceamento de visões críticas (como por exemplo na ‘Escola sem partido’) e de solidariedade social.
- **Garantir a inclusão da carreira do EBTT no Decreto 1.590/1995.**
- **Dialogar, em cada IFES, com as respectivas direções, no sentido de NÃO haver sistema de ponto para professores do EBTT e do MS**, visto o disposto no artigo 111 da Lei 11.784, em que ambas as carreiras estão equiparadas.
- **Defender a aplicação do regime docente do EBTT previsto na Lei 12.772/12** e combater qualquer tentativa de desvio de função.

3. Ensino Básico.

- **Defender o cumprimento da meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE)**, que se refere à universalização da Educação Infantil, assim como à ampliação da oferta de creches, com profissionais capacitados para atender as demandas da infância e suas especificidades e espaços/materiais adequados para receber um público específico, constituído de bebês e crianças bem pequenas, de modo a assegurar a Educação Infantil e suas modalidades como direito das crianças, e assim valorizar a infância e o trabalho dos profissionais que a assistem.
- **Defender a manutenção da faixa etária de 0 a 5 anos e onze meses como sujeitos como sujeitos da Educação Infantil.**
- **Defender o FUNDEB como política de Estado**, incluindo as creches – ou seja, defender que a educação infantil de crianças de até 3 anos seja parte indissociável da educação básica, incluída no FUNDEB.
- **Manifestar-se contra a aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017)**, na forma como estão sendo apresentados pelo governo.
- **Defender, junto aos representantes docentes eleitos para os Conselhos Superiores das IFEs, a realização de debates visando a obrigatoriedade da oferta dos componentes curriculares de Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes nos currículos do ensino médio.**
- **Defender e lutar pelo fortalecimento do Ensino Médio Integrado na Rede Federal de Educação Profissional de Ciência e Tecnologia – EPCT**, bem como dos profissionais envolvidos.

III) Campanha salarial.

- 1) **Reposição salarial, no mínimo, das perdas inflacionárias** para todos os docentes, em jan./ 2019.
- 2) **Reestruturar as carreiras do MS e do EBTT, a partir de 2020**, de forma que os seguintes parâmetros sejam alcançados (conforme proposta original de 2015):
 - a) relação entre os VBs: 5% entre os VBs de docentes em níveis subsequentes de uma mesma classe, e 10% entre classes subsequentes;
 - b) retribuição por Titulação (RT): elevação do percentual RT/VB (Vencimento Básico) dos doutores de 115% para 120%;
 - c) valorização do VB do docente em regime de dedicação exclusiva: aumentar a relação percentual desse VB sobre o do docente em regime de 20h de 100% para 110%, em janeiro de 2019; e de 110% para 120%, em janeiro de 2020;
- 3) **Retomar as negociações relativas a todas as pendências do Termo de Acordo de 2 de dezembro de 2015**, dentre elas: controle de frequência do EBTT; progressão de acordo com interstício; e integração dos professores que se aposentaram como adjunto IV na classe de professor associado.

Além disso, o PROIFES deve se posicionar junto ao MPDG exigindo:

- O respeito ao Acordo 19/2015 e à Lei 13.325/2016, com a **revogação das normas atuais, que não reconhecem a retroatividade das progressões e promoções;**

- A **garantia de que as IFE possam contratar professores substitutos**, sempre que houver necessidade;
- A **garantia de que não haja prejuízo para os docentes, no que se refere à concessão dos adicionais devidos para os que trabalham em condições insalubres**.

IV) Direitos Humanos.

- **Promover ações de combate ao assédio sexual.**
- **Organizar e promover ações de combate às violências de gênero, em todas as suas formas.**
- **Incentivar a representatividade de mulheres, afrodescendentes, LGBT+ e outros grupos identitários nos sindicatos federados** para que aumente a capacidade de proposição de agendas e estabelecer alianças que lhes favoreçam.
- **Posicionar-se em defesa do ensino das diversas correntes teóricas e em defesa dos/das docentes que venham a sofrer perseguição ideológica** no exercício de sua função: a) com notas públicas; b) pela defesa política e jurídica a professores perseguidos/as ou que oriente os sindicatos a fazê-lo.

V) Eleições 2018.

- **Buscar eleger presidente, senadores e deputados federais comprometidos com a revogação da EC 95 e a reversão dos atuais rumos privatistas.**
- **Recomendar o voto em candidatos identificados com a defesa: da democracia; da revogação da EC 95; da efetiva implantação do PNE; da educação gratuita como bem público, direito humano, de qualidade e de responsabilidade do Estado.**
- **Exigir dos candidatos ao pleito de 2018 compromisso de realizar da Reforma Fiscal** que reverta a atual política tributária, reduzindo impostos sobre consumo e elevando-os fortes contra a propriedade e a renda, de forma a viabilizar os necessários investimentos em educação, saúde e demais áreas sociais, rumo a uma sociedade menos injusta e mais solidária.
- **Defender o direito do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva ser candidato à Presidência da República em 2018** – em consonância com a defesa do princípio da presunção da inocência (a ser garantido a todos os brasileiros e brasileiras), grafado na Constituição Federal de 1988, de acordo com o qual todo cidadão tem resguardados todos os seus direitos – inclusive o direito à liberdade e ao concurso em disputas eleitorais - enquanto não houver trânsito em julgado de sua eventual condenação.

VI) Previdência.

- **Lutar contra a Reforma da Previdência** (conforme defendida pelo governo Temer, ou similares), independentemente de quem vença as eleições presidenciais não aceitando mudanças nas regras de cálculo de aposentadoria para os atuais servidores e exigindo: a manutenção do direito de aposentadoria por tempo de contribuição e por idade, nos moldes atuais, sem pedágios ou períodos extras de contribuição; garantia dos direitos vigentes de acúmulo de benefícios; garantia da diferença de idade para as mulheres e aposentadoria especial para os professores; e manutenção do valor mínimo, de forma que nenhuma pensão de trabalhador brasileiro seja inferior a um salário mínimo.
- **Destacar a importância da paridade e integralidade para os (as) professores (as) que ingressaram após a EC 41/2003.**
- **Defender que seja garantido o direito à aposentadoria do (a) professor (a) EBTT quando completar 25 anos (mulher) e 30 anos (homem) anos de efetivo exercício na Educação Básica**, mantendo a idade mínima e com proventos integrais.
- **Lutar pela garantia da valorização real do teto do RGPS**, de sorte a aumentar as medias de aposentadoria dos trabalhadores e a possibilidade de aposentadorias maiores.
- **Exigir a garantia dos valores de aposentadoria e pensão dos inativos**, sem possibilidade de desvinculação com o salário dos ativos (1ª e 2ª gerações de aposentados) e sem redução real de salários, com eventuais desvinculações ao teto do RGPS.
- **Referendar e manter a política do PROIFES em relação ao FUNPRESP**, incentivando e apoiando a candidatura de professores e professoras integrantes do FUNPRESP-Exe para

representantes nos conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade, em parceria com as demais entidades responsáveis de servidores públicos, como tem feito desde 2014 com sucesso.

- **Lutar pela garantia da manutenção da exclusividade do FUNPRESP**, como entidade de previdência complementar, com o recebimento de **contrapartidas do governo para as contribuições dos servidores**, mantido o seu caráter público e a ampliação dos controles sobre a sua operação, com o reforço do papel dos representantes dos servidores nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade.

VII) Saúde.

- **Defender o SUS** – uma conquista social de extrema importância.
- **Cobrar ações do governo, parlamentares e agências no sentido limitar os aumentos exagerados dos Planos de Saúde:** os absurdos reajustes que ocorrem anualmente estão inviabilizando a manutenção de planos assistenciais mínimos não só pelo idoso, mas para a população, de modo geral.
- **Lutar pelo aperfeiçoamento do sistema de perícias médicas.**
- **Fomentar ações voltadas para a atenção à saúde de todos trabalhadores em educação**, no que diz respeito à promoção, proteção, assistência e reabilitação.

Ações políticas e mobilizações em defesa das propostas enunciadas.

- **Trabalhar na efetiva mobilização dos docentes, em cada Universidade e Instituto Federal representado pelos sindicatos federados**, buscando estratégias inovadoras para tal, adaptadas a cada realidade local, de forma a encontrar elos de interesses comuns, atraindo-os para essa mobilização. **Na atual conjuntura de golpe – ou de possível governo de direita – essa ação será fundamental para forçar a negociação com o governo e para avançar na conquista das pautas aprovadas.**
- **Realizar ciclos de palestras nacionais**, com organização do PROIFES e apoio dos sindicatos filiados, com o objetivo de levar debates **sobre o tema ‘EC 95’** para os Estados, para discutir a matéria com professoras, professores e demais interessados.
- **Reforçar alianças tendo como objetivo defender a educação: com as entidades gerais de representação de professores (CNTE, CONTEE, etc.) e, nos Estados, com as suas associadas; com as entidades de representação nacionais de reitores das Universidades e Institutos Federais (ANDIFES e CONIF); com entidades de pesquisa (SBPC, ABC, ANPED, etc.), e nos Estados com seus representantes; com o MIEIB e Fóruns de Educação Infantil, nos Estados; com parlamentares – dos diferentes partidos – identificados com as bandeiras defendidas pela Federação.** Ações concretas: **promover atos públicos conjuntos e outras atividades em defesa das bandeiras comuns**, tais como os já realizados na CRES (Conferência Regional de Ensino Superior), em Córdoba (Argentina), e na CONAPE (Conferência Nacional Popular de Educação), em Belo Horizonte, em maio e junho de 2018, respectivamente; **instigar o Congresso Nacional a organizar frentes parlamentares em defesa das demandas aprovadas neste encontro.**
- **Desenvolver uma política de articulação entre os professores da base dos sindicatos, os próprios sindicatos, e as organizações e sindicatos das várias áreas em que se concentra a produção universitária;** além disso, buscar o diálogo com **os vários campos sociais**, a exemplo do campo **jurídico, religioso e sindical** (neste caso não apenas com os sindicatos dos servidores federais como também os da área privada, incluindo as centrais sindicais).
- **Favorecer a aproximação efetiva e o diálogo permanente entre os movimentos sindicais dos diversos campi**, visando a identificação das realidades locais, melhoria das condições de trabalho e distribuição de vagas de forma equitativa entre esses campi.
- **Promover visitas e debates sobre a carreira de EBTT** nas Instituições Federais de Ensino.
- **Iniciar movimento de visita às entidades (filiadas ou não) e às respectivas bases** – algo como ‘PROIFES itinerante’ – para discutir abertamente o golpe e seus desdobramentos na universidade pública, a fim de construir uma frente ampla em defesa da democracia e da universidade pública.
- **Propor, organizar e participar de mobilizações em defesa de projetos de valorização da formação inicial e continuada de professores, a exemplo da institucionalização do PIBID,**

através da compreensão conceitual e prática de que é preciso articular a educação superior e a educação básica.

- **Diversificar as ações em defesa das pautas aprovadas, de forma criativa, buscando o reconhecimento social da importância dos servidores públicos** para garantir serviços públicos de qualidade. Para tal, **organizar reuniões, atos e manifestações**, junto com a comunidade escolar.
- **Contribuir para a divulgação e o enfrentamento de notícias falsas**, com informações verídicas e capazes de mobilizar, racional e emocionalmente, as pessoas.
- Desenvolver, nos acampamentos de refugiados da Venezuela e outros, atividades educativas e assistenciais por meio dos programas de Universidade Federal e Instituto Federal local.

Carta aberta às/aos candidatas/os ao pleito de 2018.

A educação, em todos os níveis e modalidades, as Universidades e os Institutos Federais como fatores do desenvolvimento nacional e da soberania.

O PROIFES-Federação considera que o País enfrenta uma de suas maiores crises, não apenas no campo da economia, mas também da legitimidade, por parte de suas instituições. Nesse contexto, é tarefa essencial da entidade a firme defesa da Educação Pública, gratuita, universal e de qualidade, em todos os níveis, sobretudo no âmbito de sua principal área de atuação, o Ensino Superior, Técnico e Tecnológico: essa tem sido uma das principais bandeiras levantadas por nós, sempre na perspectiva da valorização dos profissionais da Educação, da melhoria constante das condições de trabalho no setor, da destinação de investimento para a área e do desenvolvimento científico, tecnológico e social, rumo a um Brasil menos injusto e mais solidário.

As Universidades, os Institutos Federais, a Ciência e a Tecnologia correm grave risco.

No período 2003-2015, em decorrência de uma política educacional positiva, as instituições públicas de Ensino Superior, Técnico e Tecnológico, em especial na esfera federal, experimentaram expressiva expansão. Essa realidade decorreu da disposição política dos governantes de então em investir na produção de conhecimento e na formação de profissionais qualificados para atender as demandas de crescimento do nosso país. Houve a preocupação, importante e necessária, de incluir novos modelos pedagógicos que contemplassem outras culturas, visando aproximar o Brasil das realidades dos nossos vizinhos da América Latina, África e Caribe. Aqui inauguramos instituições de integração cultural como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, e a Universidade da Integração Latino-Americana – UNILA, experiências extraordinárias, cujos frutos começam a aparecer.

A decisão acertada de ampliar os investimentos em Ensino Superior, Técnico e Tecnológico trouxe resultados significativos, como a elevação acentuada nas matrículas, particularmente nas Universidades e Institutos Federais, a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação e ainda o forte estímulo à pesquisa científica e à extensão. No campo da produção de conhecimento, o Brasil ostentava em 2005 a 23ª colocação entre os países que produzem Ciência e, uma década depois, em 2015, passou para a 13ª posição. Ao mesmo tempo, também como reflexo dessa mesma política, foi duplicado nesse período o número de docentes com mestrado e doutorado no País.

É fundamental destacar que são as instituições públicas de Ensino Superior, Técnico e Tecnológico – hostilizadas pelos setores que defendem uma política de Estado Mínimo para o Brasil – que acolhem de forma gratuita estudantes oriundos de todas as classes sociais, credos, raças e localizações, oferecendo-lhes oportunidades de formação e crescimento profissional, fator essencial à redução das imensas desigualdades que ainda assolam o País.

Registre-se, também, que a construção e a ampliação das redes de Universidades e Institutos se fez a partir de uma luta ampla e histórica: várias gerações levantaram suas vozes para defender o modelo que ora temos no Brasil, fundado, inclusive, em princípios constantes da Constituição Federal (CF) de 1988. Hoje, porém, esse legado está seriamente ameaçado pelas políticas propostas originalmente pelo atual – e ilegítimo – governo federal, e a seguir aprovadas pelo Congresso Nacional, em completa oposição ao caminho trilhado por administrações anteriores e em total descompasso com as propostas aprovadas nas urnas em 2014: está em curso uma drástica política de cortes e um inaceitável contingenciamento dos recursos que deveriam ser repassados às

Universidades, aos Institutos Federais, à Ciência e à Tecnologia, com cortes de 15% no custeio e 40% nos investimentos em obras. Foram R\$ 4,3 bilhões a menos de recursos destinados ao MEC para esse fim, dos R\$ 35 bilhões aprovados pelo Congresso Nacional. As áreas de Ciência e Tecnologia foram, da mesma forma, brutalmente atingidas, com cortes que em 2018 atingiram 44% do total dos recursos destinados em 2016. Essas decisões irão impactar de forma catastrófica a produção científica nacional, tendo em vista que 90% dela é oriunda das Universidades Públicas e dos Institutos Tecnológicos. O resultado dessas iniciativas já se faz notar: laboratórios estão sendo fechados, projetos estão sendo cancelados, e o mais grave: está havendo uma fuga de pesquisadores para outros países, não só os jovens como também os mais experientes.

O PNE não será cumprido, afetando o ensino em todos os seus níveis e modalidades.

Entretanto, não apenas o Ensino Superior, Técnico e Tecnológico serão prejudicados. Não estão sendo e nem serão cumpridas nenhuma das metas previstas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional em 2014, como decorrência do congelamento imposto às áreas sociais pela Emenda Constitucional 95 (EC 95). Em vez disso, buscam os atuais governantes aprovar políticas privatizantes, como a Reforma do Ensino Médio e a retirada da Educação infantil do âmbito do FUNDEB.

O PROIFES demanda dos/as candidatos/as compromisso com a Educação.

Diante desses fatos e de muitos outros desmandos, a Conferência Nacional Popular de Educação, realizada em maio próximo passado, aprovou a Carta de Belo Horizonte.

Assim, em consonância com as diretrizes aí dispostas, o PROIFES-Federação vem encaminhar às/aos candidatas/os ao pleito de 2018 o conjunto de propostas e demandas que se segue, considerados fundamentais para a garantia de uma Educação Pública, Gratuita, Universal e de Qualidade, em todos os níveis e modalidades.

Dentre as temáticas gerais, reivindicamos:

➤ A defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito.

Todas as conquistas da sociedade brasileira foram alcançadas às custas de muita luta, quer no âmbito da sociedade civil organizada, sindicatos, associações e partidos políticos, quer pela via da manifestação popular, por meio da eleição direta dos nossos representantes. As conquistas no campo educacional resultaram da organização dos seus trabalhadores, que lutaram e ainda continuam lutando para alcançar melhores condições para o segmento. Sem Democracia é impossível avançar na educação. Superamos vários períodos de autoritarismo e, apesar de jovem, a nossa Democracia vinha sendo consolidada. Contudo, atravessamos hoje um momento preocupante, em que o Estado Democrático de Direito está sob forte ataque. O processo ilegal de retirada do poder de uma Presidenta eleita, a politização do Judiciário e o avanço de um “Estado Policial” são exemplos claros das atuais ameaças à nossa Democracia. É preciso que se mantenha o respeito e a submissão à CF de 1988, que a sociedade brasileira legitimou por meio de seus representantes constituintes.

➤ A imediata revogação da Emenda Constitucional 95

É imperioso que o compromisso com a revogação imediata da EC 95, que proíbe investimentos nas áreas sociais por 20 anos. Essa Emenda, profundamente danosa aos interesses do País, imporá, em particular, a redução dos investimentos em Educação, inviabilizando a implantação do PNE.

➤ A implantação de reformas tributária e fiscal, que venham as imensas disparidades existentes, elevando impostos sobre a renda e a propriedade e reduzindo a taxaço sobre o consumo.

- **O não encaminhamento de qualquer Reforma da Previdência que represente mais prejuízos à proteção dos trabalhadores, a revogação da Reforma Trabalhista** aprovada pelo atual governo e o **fim da terceirização, inclusive na educação, e de todos os ataques aos direitos trabalhistas.**
- **A realização de uma Auditoria da Dívida Pública**, conforme previsto pela CF de 1988, de forma a estancar e rever os pagamentos de juros abusivos (os maiores do planeta) ao capital.
- **A realização de Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva.**

Em relação a tópicos específicos da educação, demandamos:

- **A implementação do PNE, garantidos os 10% do PIB, anualmente**, até o fim de sua vigência.
- **A destinação dos recursos do Pré-sal para a Educação e para a Saúde.**
- **O fortalecimento da educação pública e a redução progressiva do financiamento público para o setor privado da educação.**
- **A retomada de agenda positiva de investimentos nas Universidades e Institutos Federais.**

Qualquer projeto de desenvolvimento deve passar necessariamente pelo fortalecimento da produção de saberes e da formação de mão de obra altamente qualificada. As Universidades e Institutos Federais, bem como toda a rede de educação superior pública, desempenham papel fundamental no apoio ao crescimento econômico, político e social do nosso povo. É por meio da formação acadêmica de excelência e da pesquisa científica que um País consolida a sua posição de soberania, posto que possuir conhecimento e dominá-lo é fator estratégico para qualquer nação. O PROIFES-Federação defende – conforme previsto pelo PNE – a pronta retomada dos investimentos em suas instituições de Ensino Superior, Técnico e Tecnológico, patrimônio valioso do povo brasileiro.
- **A garantia da qualidade da educação e do ensino, inclusive no Ensino À Distância (EAD) e nos cursos de curta duração.**
- **O fim do cerceamento à liberdade de pensamento e de ensino**, através de projetos excludentes e conservadores – como por exemplo o da ‘Escola com Mordaça’, apresentado com o nome enganoso de ‘**Escola sem Partido**’ – que ferem a autonomia das instituições educativas, tanto da educação básica, quanto na educação superior, buscando impedir uma educação emancipadora.
- **A transformação do FUNDEB em política permanente de Estado**, de forma a garantir a universalização e a qualidade da educação escolar básica e a valorização dos seus profissionais, sem redução de matrículas, bem como a manutenção, em seu âmbito, do ensino infantil.
- **A rediscussão da Base Nacional Comum Curricular**, em oposição ao projeto do atual governo, que exclui temas sociais sensíveis, como a discussão de gênero, além de engessar o currículo.

- **A retirada da Reforma do Ensino Médio em curso**, que reduz o currículo, limitando o acesso dos jovens e adultos da classe trabalhadora à ciência, à cultura, e às tecnologias, além de abrir espaço para a ingerência do Banco Mundial e BIRD, com grave prejuízo da soberania nacional.
- **A regulamentação da educação privada**, como concessão pública sob a égide do Art.209 da CF de 1988 e do Art.7º da LDB, com as mesmas exigências legais aplicadas ao setor público.
- **A implantação urgente de planos de cargos e carreiras, em todos os sistemas de ensino.**
- **O fim da interferência do Ministério da Educação no Fórum Nacional de Educação – FNE**, com a reconstituição de sua composição original.

PROIFES-Federação, 28 de julho de 2018.